



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1

ATA Nº 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 28 de abril de 2023

No dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1-Tomada de posse do cidadão Nuno Miguel Gonçalves Pereira;

1.2 – Tomada de Posse do cidadão José Manuel Pereira de Carvalho;

1.3 – Expediente para conhecimento.

1.4 – Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata nº 1, da sessão ordinária do dia 24 de fevereiro, do ano 2023;

2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2.3. Prestação de Contas e Relatório – Ano 2022 - Proposta;

2.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos nos anos económico de 2023. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – Para conhecimento;

2.5. Aprovação das alterações da Estrutura Orgânica e do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais;

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

2.6. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano inscrito na matriz sob o artigo 791, da União de freguesias da Venda Nova e Pondras, correspondente ao Parque de Lazer da Venda Nova - Proposta;

2.7. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano 1718, sito no lugar de Penedones – freguesia da Chã, correspondente ao Parque de Campismo de Penedones – Proposta;

2.8. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano 1719, sito no lugar de Penedones – freguesia da Chã, correspondente ao Parque de Merendas de Penedones – Proposta;

2.9. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano 1830, sito na União de freguesias de Montalegre e Padroso, correspondente à zona verde da margem do rio Cávado entre a rotunda dos Bois e a Ponto de Pedra – Proposta;

2.10. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano 1831, da União de freguesias de Montalegre e Padroso, correspondente ao Parque de Lazer da margem do rio Cávado em Fonte del Rei – Proposta;

2.11. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano 1832, da União de freguesias de Montalegre e Padroso, correspondente à zona verde onde foi instalado o Viveiro e Estufa de plantas, junto ao Centro de Saúde – Proposta;

2.12. Relatório de Avaliação Anual do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição – para conhecimento;

2.13. Designação de Cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre.

3 – Intervenção do Público.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta deputados municipais à exceção de Manuel Carvalho, Ana Maria Martins, Ricardo Branco, António Eduardo Santos, Nuno Pereira, Márcio Azevedo, António Miranda, Sandra Catarina Gonçalves, Hugo Araújo, Maria Leonor Vila e António Reis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram presentes os Vereadores, Jorge Carneiro Morais Fidalgo, Manuel António Fernandes, Sandra Sousa e Fernando Capela.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Face à ausência do 1.º Secretário da Mesa, Manuel António Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia que a 2.ª Secretária da Mesa, Olímpia Vinhas, assumirá as funções de 1.º Secretário da Mesa e propôs que a deputada, Fátima Crespo, integrasse a Mesa, assumindo as funções de 2.ª Secretário da Mesa, com o que a Assembleia concordou.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1-Tomada de posse do cidadão, Nuno Miguel Gonçalves Pereira;

A Assembleia considerou instalado o deputado municipal Nuno Miguel Gonçalves Pereira.

1.2– Tomada de Posse do cidadão, José Manuel Pereira de Carvalho;

A Assembleia considerou instalado o deputado municipal José Manuel Pereira de Carvalho.

1.3– Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia sobre o expediente recebido.

Assembleia tomou conhecimento.

1.4– Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, José João Carvalho Moura, Acácio Gonçalves, Sandra Gonçalves, Fátima Crespo, António Cascais, Alberto Fernandes, Manuel Carrelo, Hernâni Carvalho e João Carlos Rodrigues.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: "Encontrou-se a liberdade, co´a igualdade, certo dia: faltava uma p´ra festa, da nossa democracia!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Partiram ambas em busca, p'la noite escura e serene... Onde foram encontrá-la? Na linda Vila Morena!

Sentada descansadinha, lá estava a fraternidade! Debaixo de uma azinheira, que já não sabia a idade!

Abraçadas, todas três, gritavam, em alta voz: "Já Chega de ditadura", o Povo chama por nós!

E correram de mão dada, juntando-se ao Povo Unido, que pelas ruas gritava "Nunca mais será vencido!"

Tudo isto aconteceu, num vinte e cinco de abril: com as armas enfeitadas, de cravos ... de cravos mil!"

O 25 de abril é festa: por isso, motivo de celebração! O 25 de abril é história: por isso, motivos de reflexão! O 25 de abril não tem donos, não é propriedade de ninguém. O 25 de abril é de Portugal, é de todos os portugueses. É o dia marcante da sua libertação das amarras da ditadura. É o dia que põe fim a um Portugal amordaçado e que nos permite estar, aqui, hoje, nesta casa da Democracia, cada qual com suas ideias políticas e podendo apresentá-las livremente, sem o estigma da censura.

O 25 de abril é o dia que diz "não" às grades opressoras de Caxias, de Peniche, do Aljube e do Tarrafal.

É o dia que põe fim à repressão impiedosa do Estado Novo, fazendo valer os seus ditames pela mordaga e pela tortura de uma Polícia Política, catequizada pela GESTAPO. É o dia em que as gaivotas soltam nos ares o grito alegre do "somos livres de cantar, somos livres de dizer: não mais voltaremos atrás!"

é o dia que põe fim a uma guerra colonial, que se arrastava há longos 13 anos, deixando para trás um rasto de morte, de feridos, de estropiados e traumatizados, afetando muitos milhares de famílias de um País.

Celebrar abril é um tributo à história e à memória de um povo que deixava de "estar orgulhosamente só" diante do mundo civilizado.

Parabéns ao executivo pela celebração honrosa, brilhante e digna que marcou esta data. O Tributo a Zeca e as honras ao símbolo nacional, nesta praça, conferiram ao dia a solenidade que o dia merece e assenta bem no coração desta nossa gente, tão alegre e prazenteira, aqui bem junto à fronteira do Norte de Portugal. Fez-se jus à sua proverbial franqueza de "Entre quem é", mostrando que, por cá, não se fecham as portas que abril abriu.

Finalmente, uma outra referência: há um menino que assistiu a tudo isto. Já era gente, quando aconteceu abril. Esse menino chama-se Partido Socialista. Acaba de fazer 50 anos. Está a celebrar a suas bodas de ouro. Está de parabéns por isso!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Partido fundamental na democracia nascente, importante na democracia crescente, imprescindível na democracia presente, continua a servir Portugal e os portugueses e a dizer a todos que contem com ele para defender os valores de abril. Assinado, o deputado municipal João Soares.”

O deputado José João Carvalho Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público.

Começo por citar palavras de Alexandre Herculano: queremos que a vida local seja uma realidade, para que o Governo central possa representar o pensamento do País. Detestamos todas as tiranias, seja qual for o nome com que se disfarcem, seja a tirania dos privilegiados contra a plebe, da capital contra as províncias, de uma facção contra o País, ou de uma oligarquia de especuladores políticos contra a totalidade dos cidadãos. Palavras que parecem atuais e que refletem o panorama político nacional e o dos seus governantes. Temos um governo central com demissões e renúncias históricas, a demonstrar uma total abnegação dos interesses nacionais em prole do interesse pessoal e partidário, com uma degradação total das instituições e desrespeito por todas as classes profissionais que ajudam a crescer o país, e com uma falta de autonomia e de pensamento próprio dos governantes culminando com a palhaçada da telenovela da TAP, que qualquer dia se chamará de TIP (anglicismo que significa gorjeta) ou TAPS – Transportadora aérea do partido Socialista. Aqui em Montalegre, o partido socialista segue as pisadas dos seus dirigentes e demonstra uma incapacidade gritante na execução dos compromissos assumidos ao apresentar um saldo da gerência de quase 5 milhões de euros. Incapacidade também espelhada neste executivo municipal ao não se impor e exigir a concretização dos compromissos celebrados entre concelhos da CIM na ligação rodoviária entre Montalegre e Chaves através das estradas municipais 507 e 508. Ficamos a saber que a estrada entre Soutelinho e Chaves vai ser intervencionada. No entanto, a verba disponibilizada é de apenas 3 milhões de euros, para uma extensão de 16,3 Km, quando Montalegre investiu quase 5 milhões de euros não em uma, mas sim em duas estradas e uma ponte na EM 508, para uma extensão de 8,5 kms, contrariando a petição pública criada pelo atual presidente da câmara de Chaves em 2016: em que exigia a realização de obras urgentes de requalificação do pavimento da Estrada Municipal 507. Nós deputados nesta assembleia municipal, não sabemos quais as prioridades que Chaves tem para o seu município, mas sabemos de antemão que os protocolos e compromissos assumidos não são para cumprir, como é apanágio no PS. E Sra Presidente, o seu papel à frente do município, quando assumiu a presidência de câmara aquando da renúncia dos seus predecessores, seria de acautelar, exigir e

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

respeitar esse investimento, principalmente agora que está à frente do município de Chaves, um seu ex-colega, um apatidário, um amigo da terra, que deita por terra as opções anteriores do PS Montalegre, quando afirmava que esta era uma das principais vias de ligação do nosso concelho ao exterior, nomeadamente ao Hospital de Chaves e à A24. Além da quebra de compromissos, é uma afronta, uma desconsideração inadmissível para o concelho de Montalegre, e para a sua pessoa em particular, e, perante este facto, o que pensa fazer para mudar essa decisão?

Sra. Presidente, o PSD aqui e em reuniões de camara, sempre alertaram para a reabilitação e beneficiação da EN 103 em toda a sua extensão, desde há uns anos a esta parte, e após a publicação do Plano de Recuperação e Resiliência pelo governo central para aceder às verbas comunitárias pós-covid-19, culminou com a apresentação de uma moção por parte dos vereadores do PSD para essa urgente premissa, conforme o prova a ata n.º 16 de 22 de outubro de 2020 de reunião de camara e Sra. Presidente, a mesma foi negligenciada, menosprezada e até motivo de gozo com a sua anuência, pois o executivo municipal da altura, que a Sra. fazia parte, alegava que a estrada EN 103 tinha pouco movimento e por conseguinte não assinariam nenhuma petição para o seu melhoramento. E agora, pelos vistos, A Sra. presidente viu luz ao fundo do túnel, uma iluminação divina que vem assumir MEA Culpa das decisões tomadas no passado. Mas onde nós já assistimos a isto? Agência Lusa 23 junho de 2007, passo a citar "O primeiro-ministro (José Sócrates) garantiu ainda dar atenção às reivindicações deixadas pelo presidente da Câmara de Montalegre, o socialista Fernando Rodrigues, que pediu "prioridade" para a beneficiação da EN 103, entre esta localidade e Braga. O desnorte do PS. Vinte anos passaram e o mesmo Modus Operandi. A ineficácia, imperícia, a falácia e demagogia política espelhadas em desabafos para a comunicação social, a tentar explicar o inexplicável.

A EN103 é uma estrada obsoleta, que mantém o traçado há mais de um século, orquestrada e impulsionada por Barros e Sá – O Bazorra, porventura o maior político Barrosão e Montalegrense de todos os tempos, que além de presidente da camara de Montalegre, foi também Ministro da Justiça e da Fazenda em simultâneo, em 1881, tendo sido eleito pelo circulo de Montalegre à camara de deputados (cortes de Lisboa) pelo partido regenerador, o que mostra a importância que Montalegre tinha nessa altura, e foi apenas retificada no nosso concelho, aquando da construção da barragem do Alto-Rabagão e mais tarde nos anos 80 no tempo em que o PSD estava à frente do executivo municipal de Montalegre, e traduz-se numa viagem sinuosa, de curva e contracurva, sem passagem de lentos e sem dispositivos de segurança e acima de tudo não permite a circulação média de 70km/h como estabelecido na normativa da rodoviária nacional. É considerada 1 das 10 estradas mais perigosas do nosso País.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

É obrigatória assim exigir e reclamar ao governo a requalificação da EN 103, e sendo assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, diligenciar à Sra. Presidente de Câmara, que interceda em nome do município, perante o vosso amigo da mineralização e pseudo ambientalista, ministro das infraestruturas o seguinte:

1. Está prevista alguma verba para 2023 para a requalificação do nó de acesso da A 24 ao concelho de Montalegre?
2. Há verbas orçamentadas para a beneficiação e requalificação da EN103 ou para algum dos troços Barracão – Chaves e Cerdeirinhas – Venda Nova?
3. Em caso negativo, para quando a concretização destas importantes obras e ao abrigo de que programa ou plano?

Mas o desrespeito pelas suas competências e prioridades não terminam aqui. Senão vejamos: em primeiro lugar a revogação dos horários em "jornada contínua" dos trabalhadores externos da camara municipal.

Constamos que a Sra. Presidente dá o dito por não dito, e não sendo sindicalista nem querendo beliscar o artigo 114.º, n.º 3 da LTFP Lei nº 35/2014 de 20 de junho e cláusula 8.ª do Acordo Coletivo de Trabalho 1/2009 sobre o direito do trabalhador à jornada contínua, em que esta pode ser dotada nos casos de horários específicos e em casos excepcionais, devidamente fundamentados, a revogação dos horários em "jornada contínua" dos trabalhadores externos da camara municipal é um atentado aos direitos dos trabalhadores, vindo de alguém do PS, que se acham os campeões da defesa dos direitos laborais. Sra. Presidente, esta revogação do regulamento interno dos serviços municipais, aprovado 6 meses antes por si que já teve o pelouro dos recursos humanos e após 17 anos na Câmara a tempo inteiro politicamente denota falta de autodeterminação e torna-se incompreensível, que se faça um despacho com pressupostos errados, que tantos transtornos estão a dar aos trabalhadores.

Em segundo lugar, a Participação na feira de Nanterre:

E começo por referir a Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, que Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias.

Artigo 68.º

Competências do presidente da câmara

x) Dirigir, em estreita articulação com o Serviço Nacional de Proteção Civil, o serviço municipal de proteção civil, designadamente em operações de socorro e assistência, com especial relevo em situações de catástrofe e calamidade públicas;

z) Presidir ao conselho municipal de segurança.

Artigo 78.º

Ausência inferior a 30 dias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1 - Os membros dos órgãos das autarquias locais podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até 30 dias.

2- A substituição opera-se mediante comunicação por escrito, na qual são indicados os respetivos início e fim.

Contudo, na Ata 22 de 14 de novembro 2022 da Reunião de camara de Montalegre (Despacho n.º 1, 2 e 3 / 2022 – Delegação de competências, distribuição dos Pelouros e designação de Vice-presidente de camara e vereador a tempo inteiro) – que cabe substituir a Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Sendo assim questiono a Sra. Presidente, ao seguir todo o executivo municipal com Pelouros atribuídos para Nanterre, o concelho ficou entregue a quem?

Aos vereadores da oposição?

Ao único vereador socialista que não tem qualquer pelouro na camara municipal?

Senão existe nenhum despacho Sra. Presidente, mostra um claro amorismo nas funções que tão célere e arduamente agarrou.

Compreendemos a importância que a feira de Nanterre representa, mas levar todo o executivo municipal para fora do concelho, e mais grave, para fora do país, ultrapassa as competências da Sra. Presidente. E criaram-se aqui precedentes delicados e difíceis de explicar, quer aos residentes habituais quer aos residentes não habituais que estão noutros países, o porque de tanto empenho do PS ao longo destes últimos 20 anos em Nanterre. Afinal, contrariando suas palavras de que «não sabia de nada», sabe de tudo e mais alguma coisa. Sra. Presidente, nós defendemos uma representação digna nesta Feira, à semelhança do que fazem outros municípios, mas, comparado com anos anteriores, a verba investida pelo Município neste ano é cerca de 3 vezes mais aquilo que se gastou em edições anteriores (11.164€ em 2018 e 11.444€ em 2019), e seria bom a Sra. Presidente informar os cidadãos do concelho sobre as despesas efetuadas para assim se evitar especulações. A Feira de Nanterre poderá justificar algum investimento promocional, mas a apresentação da Câmara de Montalegre não pode ser aceite como aproveitamento político que dela faz o partido socialista, e a Sra. Presidente particularmente, que se foi dar a conhecer lá fora quando há ainda muitos residentes habituais que a não conhecem, num claro episódio de pura propaganda política feita à custa de todos nós.

Falei em igualdade, sem medo e em perfeita liberdade, resultado da revolução de uns poucos heróis militares que prepararam e executaram a revolta e que ao realizar um ato de libertação de si mesmos, quiseram libertar Portugal inteiro.

Já muito se disse e prestou homenagem e nunca é demais falar do 25 de Abril. O 25 de Abril foi feito por alguns para todos! Por isso é de todos... de todos os que acreditam na liberdade e nos valores da democracia! O PSD esteve, está e estará sempre presente de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

flm

modo a que os princípios de abril não caiam na memória. Mas ao falar do 25 de Abril temos de falar também do 25 de novembro de 1975. E é essa complementaridade que justifica por que é que não podemos esquecer o dia da revolução dos cravos e a democracia e liberdade instituídas. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O deputado Acácio Gonçalves disse que corrobora com tudo o que foi dito pela bancada do PSD. O impensável chegou à Assembleia Municipal de Montalegre. Um envelope com meia dúzia de documentos e sem a situação financeira foi-lhe entregue, mas, aos representantes dos partidos, devem ser entregues atempadamente. Reclamou junto aos serviços e disseram que o deputado tinha que suportar a despesa das fotocópias. Exige que a documentação lhe seja entregue a tempo e horas para que possa analisar devidamente a informação e entregou à Mesa o seguinte documento: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre. Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal do CDS/PP nesta Assembleia Municipal vem mui respeitosamente reclamar nos termos da alínea e) do artº64 do Regimento desta Assembleia pelos seguintes motivos:

1º- A ordem do dia referente à Assembleia Municipal de 28/04/2023 foi entregue fora de prazo estabelecido pelo nº:3 do artº21 do Regimento e com falta de documentação referente à prestação de contas e relatório, obrigando-me ontem pelas dezasseis horas a recorrer aos serviços de apoio da Câmara Municipal para tentar colmatar a situação, sendo impossível à funcionária, com o argumento de que seria muito dispendioso para o município por se tratar de muitas fotocópias.

2º- Tentando entrar na plataforma recorri aos serviços de informática para ajustar a minha password que não me deixava entrar, sendo impossível verificar a prestação de contas e ler o relatório anexo.

3º- Sendo assim, neste ponto da agenda de trabalhos, os membros do Grupo Municipal sairão do salão nobre onde se realiza esta assembleia como protesto à Mesa da Assembleia que não quer prestar informação documental em papel a que todos os deputados têm direito. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

O deputado Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras.

Como é do conhecimento da maioria aqui presente, desde 2017 que as minhas intervenções nas assembleias municipais incidem na necessidade de criar infraestruturas para que os jovens se possam fixar no nosso concelho, insisti apesar do executivo

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

socialista assim como a sua bancada ridicularizarem a ideia alegando que não havia crianças que justificasse o investimento ou, que não é por falta dessas infraestruturas que os jovens ficam ou não no concelho. A bancada social-democrata muito se tem batido por esta causa, pois sem jovens o concelho vai continuar a definhar, daí a insistência na necessidade de uma creche no Baixo Barroso e de atividades extracurriculares para as crianças e graças a esta insistência, vão fazendo obras nos edifícios escolares e criaram alguns apoios à natalidade. Felizmente a nova presidente de Junta de Salto (talvez por ser mãe) teve sensibilidade e visão, incentivou e desencadeou finalmente ao fim de tantos anos o processo em finais de 2021 para criar essa valência. No entanto é preciso ser célere, pois os jovens não esperam precisam de trabalhar, daí a minha questão. Quais as previsões para o início das obras e conclusão das mesmas?

Outro problema gravíssimo é a falta de vagas na única creche do nosso concelho com uma extensão superior a 800 kms²? Conseguem imaginar o desespero dos pais que acabaram de viver um dos mais belos momentos das suas vidas ao não terem uma solução para poder trabalhar e deixar os seus filhos em segurança? O problema não é só no Baixo Barroso, mas também no Alto Barroso. Qual a solução que o município tem para estas famílias?

Na última assembleia municipal a deputada Francisca Martins alertou para a falta de sensibilidade da câmara municipal ao obrigar os encarregados de educação a deslocarem se ao edifício da dita para efetuar o pagamento das refeições das crianças do pré-escolar e do ensino primário. Infelizmente o executivo ainda não criou alternativas de pagamento para os encarregados de educação que não têm disponibilidade para se deslocarem aos respetivos serviços camarários, tendo mesmo de se ausentar do emprego para o fazer correndo o risco de ter de voltar por falta de informação por parte da câmara sobre o valor a cobrar naquele mês aquele educando. Assim, volto a apelar para que criem outros métodos de pagamento destas refeições escolares.

Por último, as obras na escola primária de Salto que não têm fim à vista e o que está feito tem graves deficiências, não sei onde anda a fiscalização da câmara em relação às obras no nosso concelho. Na assembleia de dezembro de 2022 questioneei a nossa presidente da câmara e não obtive resposta, no entanto é uma informação que os encarregados de educação das crianças que frequentam a escola de Salto colocam incessantemente. Quando é que as obras ficam concluídas? Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Municipal de Montalegre, Exmos. Senhores Vereadores, caros colegas, estimado público: a todos muito bom dia. Parafraseando o nosso querido Pedro Araújo: "os senhores do nosso próprio destino somos todos nós Montalegrenses e Barrosões." Concordo plenamente. E é por isso que no dia 19 de abril se cumpriram cinco anos da atribuição do Selo Internacional "Património Agrícola Mundial" à região do Barroso, Montalegre e Boticas.

Esta distinção é um prémio bem merecido e teve por base especificidades muito particulares nas áreas Agro silvo pastoril, a relação do homem com a paisagem através do mundo rural, a beleza paisagística, etc.

Este é um prémio bem merecido pela nossa maneira de ser, pelo saber tradicional que ainda praticamos e sobretudo pela força da nossa gente.

A agricultura, a silvicultura e a pastagem seguem as nossas tradições e respeitam a natureza pois continuamos a trabalhar as terras e a tratar do gado como os nossos pais e avós nos ensinaram porque é daqui que vem o nosso sustento.

Mas agora também ficamos a saber que o nosso governo está atento à nossa terra. Basta ver as visitas da Senhora Ministra da Agricultura que ainda o fim de semana passado aqui voltou para estar no 1º Encontro Enogastronómico e festejar este 5º aniversário, mas principalmente pelos subsídios que vieram para cá por termos esta classificação. Para as culturas temporárias e permanentes, os prados e as pastagens, as áreas de socalco, os lameiros de regadio e de sequeiro e as áreas de baldio sujeitas a pastoreio são mais de cerca de 12% por hectare de apoios, a somar aos que já existem. Isto é um incentivo e somado aos apoios que a Câmara dá aos agricultores, mais de meio milhão de euros por ano e aos eventos que promove para dar a conhecer os nossos produtos e ajudar a vendê-los, bem podemos dizer que estas ações vão permitir aos nossos jovens e muitas famílias ficarem na nossa terra.

Este ano, fui pela segunda vez e a expensas minhas, acompanhada de dois familiares meus, à Feira de Nanterre que, como sabem, acontece já há muitos anos.

E se há alguns anos atrás pude observar a alegria e satisfação dos nossos emigrantes à volta dos seus presidentes, este ano a alegria, os sorrisos, os abraços e a curiosidade de conhecer a Nossa Presidente e o restante executivo estava bem patente nos olhares e nos rostos de todos.

Acolheram-nos com muita simpatia. Tenho a certeza que gostaram da Dra. Fátima Fernandes que lhes transmitiu amizade, solidariedade e sobretudo muita confiança.

Partilhamos alegrias, sorrisos, abraços, preocupações, votos de muito sucesso e as promessas de que em agosto cá estariam para nos visitar. Foi um dar e receber. Foi muito bonito. O nosso executivo pode sentir-se orgulhoso pelo acolhimento caloroso com que os nossos emigrantes os receberam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Connosco ficou a alegria, o reconhecimento e a felicidade de lhes fazer chegar um pouco de Pátria Barrosã.

Mas o mês de abril foi, como sempre, um tempo de muito entusiasmo, muita adrenalina. A festa do PS no pavilhão Rosa Mota, onde Montalegre esteve bem presente, testemunhou bem a força do PS com uma incrível moldura humana e com rasgados elogios e aplausos ao nosso Secretário Geral.

Por cá, festejamos o 25 de abril com muita dignidade e elevação. Houve alegria, entusiasmo, participação e espírito democrático.

Quero ainda agradecer à Câmara o excelente concerto com que brindou a população do concelho.

Por último, dar os parabéns à nossa Susana Barroso a quem auguro o maior sucesso e tenho a certeza que saberá honrar a nossa terra e a nossa gente. Parabéns Susana!

Não posso terminar sem dar os parabéns à Câmara pelo trabalho desenvolvido em todas as vertentes, transmitindo aos munícipes o "Saber fazer". Assinado, a deputada municipal Fátima Crespo."

O deputado António Cascais falou sobre o 25 de abril, dizendo que os termos sobre esse dia utilizados podem eventualmente estar estafados e repetidos. No entanto, numa data destas repetem-se os termos e as comemorações é uma forma de a manter bem viva. A democracia é um pouco como a lua. Ela existe, umas vezes ilumina, umas vezes esconde-se, umas vezes cresce e outras vezes a parecer que morre, mas regenera-se automaticamente. Também a democracia tem a capacidade de se regenerar e por isso todos lhe devem dar a referência que lhe é merecida pelo seu significado da libertação popular, pelo significado da liberdade, pelo significado da libertação das amarras de certos exercícios de ditaduras. Não se pode falar de 25 de abril sem falar, no 25 de novembro, sem o qual o 25 de abril ficaria pelo meio. Libertou o povo português dos abusos e dos excessos. Fazendo uma pesquisa por antigos papéis e programas do MFA, de 26 de abril de 1974, anunciaram ao povo as medidas que iriam ser tomadas no combate eficaz contra a corrupção e especulação. Perguntou, onde é que hoje se veem essas praticas no nosso país, na sociedade, na Europa, no mundo. O que foi uma imagem de marca que deixou toda a gente alegre e esperançada, que aquilo que devia ser de todos não deve ser aproveitado só por alguns, verifica-se que hoje é o tema que está em cima da mesa a ser mais discutido. Lembrar abril é também lembrar o presente e ter em mente que os lugares na democracia, os líderes, quem presta serviços públicos deve estar com fito nos interesses do povo e dos que mais necessitam.

Falou ainda sobre o regime de igualdade. De igualdade para todos. Dá impressão que se criam os lugares à medida das necessidades dos beneficiários do regime. E isto é uma

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

entorse que durante a revolução se atribuiu ao regime anterior. Este ano, o regime democrático celebra 49 anos. O regime do Estado Novo durou 48. O regime anterior já não é desculpa.

Disse que algumas aldeias do concelho de Montalegre não têm saneamento e é difícil compreender como é que uma pessoa que não tem saneamento tem que pagar um valor exageradamente elevado para dizermos que estão em igualdade perante os outros que beneficiam do saneamento.

Terminou, dizendo que a democracia tem dentro dela a força suficiente para se defender e para se fazer cumprir o exercício da liberdade de pensamento, de ação e de igualdade de oportunidades. E esteve bem o país no 25 de abril. E esteve bem o povo português que não correspondeu as expectativas de certos excessos de determinados dirigentes partidários. Disse ainda que não pode deixar de se distanciar, de discordar e de censurar a postura indigna do Grupo Parlamentar do Chega. Temos que saber estar, de ter respeito pelos outros e principalmente pela casa da democracia, a que, através das suas regras, o fizeram lá colocar.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Secretários e membros da Assembleia. Comemorou-se em Salto e Montalegre o 49º aniversário do 25 de abril com a adesão popular, cerimónias simples, mas de enorme significado.

Também o Partido Socialista comemora uma data histórica de um Partido que sempre lutou e tem no seu ADN a Democracia e a Liberdade.

Parabéns também à Susana Barroso, empossada recentemente como Deputada na Assembleia da República, o que enche de orgulho todos os Barrosões. Desejo-lhe um bom trabalho.

Recordar os cinco anos de Património Agrícola Mundial do território de Montalegre e Boticas, celebramos a data com satisfação.

Parabéns à Senhora Presidente da Câmara e à sua equipa que estão "ainda" a fazer algum trabalho de gabinete, no que a muitas das obras diz respeito, mas que se está a impor no nosso concelho, pois a maioria da população tem uma opinião boa, de trabalho, responsabilidade, confiança e honestidade. Acreditamos em si! Não nos desiluda.

Só para exemplo de obras que se aguardam na Freguesia de Salto: o complexo desportivo de Salto foi revisto o projeto e estão a ser elaboradas as respetivas alterações e só depois seguem para apreciação, aprovação e concurso – o pavilhão cresce e muda de sítio; a creche cresce, sobretudo a área de estacionamento e muda de local. Anda uns metros para o lado; o canil está parado porque vai ser instalado em zona de área

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

florestal e o ICNF ainda não deu o parecer para a obra; a remodelação do parque do Torrão da Veiga está a ser feito o estudo para projeto e a candidatura; a remodelação do Bairro Novo, o mesmo trabalho.

Sim, há regras a cumprir. Este é um exemplo na Freguesia de Salto, mas que serve para a maioria das obras que aí vêm!

Senhora Presidente, o povo está ansioso para ver as obras a andar. Querem ver o que vale! Tenho a certeza que vale muito e que nos vai deixar a todos satisfeitos com o seu trabalho. Continue, Senhora Presidente, a apoiar também as Instituições do Concelho. Encheram-se de vaidade e fiquei orgulhoso com as brilhantes atuações das duas Bandas Musicais do concelho nas comemorações do 25 de abril – Salto e Parafita.

Todos deveríamos ter orgulho no trabalho desenvolvido pelos Bombeiros de Montalegre e Salto no apoio constante às populações.

Empolgam-me os feitos dos Grupos Desportivos de Montalegre, Vilar de Perdizes, Salto e Abelhas Azuis e sobretudo o trabalho realizado com a suas equipas de formação e que só são sustentáveis com o apoio da autarquia.

E como fico satisfeito com o magnífico fumeiro feito pelos nossos produtores e a criação da melhor carne do mundo pelos nossos agricultores! O seu apoio a estes ajuda a fixar pessoas e criar postos de trabalho e incentiva a produção local.

O apoio social também não tem sido esquecido e as Instituições que o praticam no concelho, sei que podem continuar com o vosso apoio, pois os mais desfavorecidos (crianças e idosos) são grupos mais vulneráveis e necessitam do nosso apoio.

As outras boas iniciativas/eventos que por cá se vão realizando, também ajudam a crescer o nosso comércio local.

Estamos no bom caminho, com serenidade e confiança, vamos continuar a desenvolver o concelho e dar ao nosso povo melhores condições de vida para os que cá vivem continuem. E os que cá não vivem, passem a gostar de vir para cá viver. Tenho dito. Assinado, o deputado municipal Alberto Martins Fernandes.”

O deputado Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhora Presidente, Senhores e senhoras representantes da Mesa, Senhores Presidentes de Junta de freguesia. Senhores Vereadores senhores deputados desta casa, estimado público. Esta semana ocorreram as comemorações da revolução do 25 de Abril que, no dizer do poeta “Era a semente da esperança, feita de força e vontade, era ainda uma criança, mas já era a liberdade”.

O parlamento celebrou, o país comemorou, Montalegre solenizou.

Com o fim de quase 8 séculos de história da Monarquia, vem a primeira república e a sua constituição democrática de 1911 e que desde Teófilo Braga 1910 a Bernardino

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Machado 1926, foi atravessada por uma guerra mundial, marcada por crises sucessivas, por uma guerra civil, conflitos, assassinatos, até ao fatídico golpe de 28 de Maio de 1926, dando origem à 2ª república, consolidada na constituição de 1933. E José Carlos Ary dos Santos disse como ninguém "Era uma vez um país, onde o pão era contado, onde quem tinha a raiz, tinha o fruto arrecadado, onde quem tinha o dinheiro, tinha o operário algemado, onde suava o ceifeiro, que dormia com o gado, onde tossia o mineiro, em Aljustrel ajustado, onde morria primeiro, quem nascia desgraçado."

Um país cujas despesas da guerra impediam a construção de obras públicas como estradas, pontes, escolas, hospitais etc. 48 anos de atraso, de mordação, de censura, votado à miséria, ao obscurantismo ao esquecimento ao orgulhosamente sós.

E eis que graças ao movimento dos capitães, acontece abril de 74 e com ele a terceira república, com o primeiro programa político do MFA que ficou conhecido pelo programa dos 3 D's: Descolonização, Democracia e Desenvolvimento.

E de novo o poeta: "Foi então que abril abriu, as portas da claridade e a nossa gente invadiu a sua própria cidade. Disse a primeira palavra na madrugada serena um poeta que cantava o povo é quem mais ordena".

Mas abril foi mais do que 49 anos de liberdade, foi todo um processo revolucionário, que culminou com a entrega de Portugal aos portugueses. Assim a terra foi expropriada dos senhores feudais e passou a ser de quem a trabalha com a criação das Unidades Coletivas de Produção, UCP's. e a propósito de tão apregoados excessos não podemos esquecer que Sá Carneiro, assinou a lei de bases da reforma agrária de Lopes Cardoso, e não nos venham dizer que o fez devido ao contexto político daquele tempo, porque Freitas do Amaral não assinou, também as empresas passaram da mão dos exploradores dos trabalhadores para o controlo da classe operária, o setor financeiro com as nacionalizações da banca passaram a estar ao serviço dos investimentos da indústria pública e privada, e da agricultura. Os pequenos agricultores passaram a ter os fatores de produção a baixos custos, transportes a um preço acessível, apoios ao cooperativismo. Abriam-se estradas e caminhos com as máquinas do exército, campanhas de alfabetização, reforma do ensino, direito de reunião, organização dos sindicatos, participação política de homens e mulheres, o país a funcionar até que o 25 de novembro pôs termo a uma ideia que crescia de tendência para o socialismo real, foi um duro golpe na caminhada de Abril...apesar de avanços e recuos a 3ª república ainda estava para ser consolidada na constituição de 1976. Foi também emblemático deste período da história, que ainda cheirava a cravos de Abril, a criação do serviço nacional de saúde, as reformas do sistema social, as parcerias público-privadas, entre outros, mas ao mesmo tempo a privatização dos meios de produção, das empresas viabilizadas pelo estado à custa dos contribuintes e entregues de mão beijada aos senhores do

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

capital, a privatização da banca abalando a sustentabilidade das instituições de caráter social, da saúde, a desqualificação da função pública e sobretudo a maior crise desde o 25 de Abril como é a crise do sistema educativo ou do ensino. E apesar das privatizações em catadupa, do crescimento económico, das políticas de apoio à inovação, ao empreendedorismo, à iniciativa privada, Portugal continua na cauda da Europa, uma situação de retrocesso de Abril, com traços e características dignos de uma 4a. República e em boa verdade da responsabilidade dos governos PS e PSD.

Saramago terá dito que "se não tivesse havido uma revolução, se nada tivesse acontecido, estaríamos hoje no mesmo ponto" e Ramalho Eanes usou outra forma para dizer o mesmo... "Abril ofereceu as liberdades, mas esqueceu-se de criar cidadãos". E não é difícil de entender, basta ver a vizinha Espanha cuja transição foi feita pelos franquistas e estará certamente na situação que nós estamos.

E de novo recordamos o poeta numa perspetiva otimista. "Agora que já floriu a esperança na nossa terra as portas que abril abriu nunca mais ninguém as cerra."

Acreditamos que ainda não estejam todas as portas cerradas.

E se Abril nos trouxe até aqui e já o dissemos noutras circunstâncias que o momento é de incapacidade de resolver as crises instaladas, a necessidade de uma nova organização do estado, uma nova ordem mundial a caminho, devido á Guerra da Ucrânia, então poderemos dizer que a nova porta que Abril poderá abrir é por nós designada a da 5a Republica, que será marcada tanto a nível nacional como a nível local e sobretudo na região do barroso pelo surgimento do comunitarismo. Será um regresso ao futuro que abril abriu, George Bush e Bill Clinton tiveram comunitaristas nos seus governos. E a luta dos comunitaristas no barroso é em primeiro lugar a luta contra as minas, pela defesa da natureza, da biodiversidade, da água potável e da pureza do ar e também defender com todas as forças o património agrícola mundial.

O 25 de Abril deste ano foi manchado pelo comportamento de um partido da extrema direita que deixou Portugal na imagem para o exterior, mais terceiro mundista do que o país irmão, por alguns, dito do terceiro mundo... Sá Carneiro deverá ter dado voltas na tumba porque sabia perfeitamente que o PT, é o partido mais representativo da social democracia do Brasil.

Os comunitaristas esperavam duas coisas nas comemorações de abril: 1º que no plano nacional, Luís Montenegro aproveitasse a oportunidade histórica de ser mais claro em relação à extrema direita... Porque isto de dizer que não governará com a extrema direita nem aceita que o PS governe com a extrema esquerda é uma fuga para a frente. Também nunca foi claro em definir, o que é a extrema esquerda... será que se refere a um partido que tem mais de 100 anos de existência, na luta pela democracia. A este propósito recordamos aqui um Barrosão injustamente pouco lembrado pelo passado de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

mártir na luta pelos valores democráticos, no fundo, também pelo abril que veio mais tarde a acontecer...obrigado Bento Gonçalves.

A 2ª esperança dos Comunitaristas era que no plano local, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, encontrasse nesta data festiva uma oportunidade para fazer o seu 25 de Abril, demarcando-se do executivo anterior em relação à mineração do concelho ao mesmo tempo, a César o que é de César, parabenizamos a Dra. Fátima e os seus colaboradores, por trazer até nós este grande tributo ao Zeca Afonso...e ainda desejar a Susana Barroso os maiores sucessos no seu novo desempenho na Assembleia da República e que seja em defesa da sua, nossa terra.

Termino com uma frase de Paulo Raimundo "o 25 de Abril foi feito pra todos, mas não é de todos é de quem tem dignidade". Viva o 25 de Abril, Viva Portugal, Viva Montalegre Pelos comunitaristas. Assinado, o deputado municipal Manuel Carrêlo.

O deputado Hernâni Carvalho disse que, em matéria de proteção civil, a responsabilidade é da Sra. Presidente da Câmara e independentemente de ela estar em Nanterre ou em Portugal tem agentes no terreno em quem confia totalmente.

Salientou que a tomada de posse de Susana Barroso deve ser orgulho de todos pois será uma voz na defesa dos interesses do Barroso.

Disse que Montalegre teve a sorte de poder receber o evento das confrarias e são um ativo na defesa dos produtos locais. Com a nossa gastronomia, conseguiu-se fazer arte à mesa e dá-la a conhecer a gente de todo o país. Ficou bem patente que os produtores pecuários têm que continuar a ser apoiados. A Ministra da Agricultura não está refém dos agricultores do Alentejo e está atenta ao que se passa no resto do país.

Falou do excelente espetáculo do dia 24 de abril com o Tributo ao Zeca Afonso, é mais uma iniciativa para que se tenha noção que a liberdade não tem preço.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente, Sr.ª Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados

Esta Assembleia, ou este órgão, é um local de debate e também de fiscalização do executivo.

Portanto, discordar, criticar e propor, são direitos de cada um. Como até censurar. É a democracia. E faz parte do combate político. Foi aquilo que o 25 de Abril nos trouxe, que celebramos recentemente e que continuamos a defender.

Só que o combate político e a luta partidária têm regras, aqui e em todo o lado. E uma dessas regras é haver credibilidade e verdade naquilo que se diz, mas nem todos conhecem ou seguem essas regras. E numa espiral de desespero, andam há anos a

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

descredibilizar a democracia numa cruzada de mentira, insulto e ódio. Não respeitam a democracia, as regras, nem mesmo as pessoas. É o seguidismo da direita extremista e populista de Ventura e companhia. São os revoltados com os próprios Barrosões. Tratam mal a terra e insultam a sua gente, não tendo pudor nem vergonha da triste figura.

E sem sentido crítico, não percebem que ninguém os ouve, porque Montalegre melhorou, Montalegre qualificou-se, Montalegre é mais conhecido, Montalegre é mais atrativo. E os últimos meses confirmam que a nossa terra tem vida, é ativa e uma sociedade comprometida.

E não há panfletos nem jornais, por mais indignos e ignóbeis no conteúdo e na origem, que o desmintam!

Somos vítimas da desertificação geral do interior, é certo, mas, mesmo nesse quadro, e é assim que tudo deve ser analisado, conseguimos impor o nome de Montalegre, a história e cultura e até reforçar o setor económico e social da nossa terra.

Claro que temos aqueles que nunca são capazes de ver nada de positivo e que têm ou tiveram o descaramento de criticar tudo, como fizeram com os ataques à Feira do Fumeiro ou à Sexta 13. Por esses, do "bota abaixo", estes dois certames nunca existiam, tinham-nos destruído, se tivessem força.

Mas hoje, as ideias do município, as suas apostas e o grande investimento mostram claros resultados. E o resultado maior não é só o sucesso do projeto de desenvolvimento integrado e das suas iniciativas: É a própria aceitação, o compromisso, a cooperação das instituições e da população no espírito afirmativo e galvanizador das nossas potencialidades e das nossa forças no conjunto do território, e em todos os setores. E este é um dos grandes objetivos da política.

Esta é a governança progressista, democrática, é a governança com o povo.

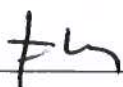
-É aqui que vemos o resultado do projeto do Ecomuseu de Barroso, do Património Agrícola Mundial, que ganhou respeitabilidade interna e externa, pela promoção territorial, pelo dinamismo enriquecedor dos polos de Montalegre, de Tourém, de Pitões, de Fafião, de Salto, da Borralha, pelas iniciativas municipais, pelas ações locais das associações, pelo dinamismo das Juntas de Freguesia, seja com: As Jornadas Galego Portuguesas; a Queima do Judas; a tradição do forno do povo abrilhantado em todo o lado; o Sábado Filhoteiro; o Entrudo Folhoteiro; a Matança do Porco; as chegadas de bois; entre outras.

É por tudo isto que Montalegre é uma sociedade ativa, e é por tudo isso:

-Que uma figura de Montalegre, o imortal Padre Fontes, é escolhido para Embaixador da CIM Alto Tâmega e Barroso;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE



-Que o Património Agrícola Mundial, galardão da FAO, mereceu, por ocasião do 5º aniversário, o reconhecimento de um dos maiores e mais influentes comentadores políticos de televisão;

- Que Montalegre foi escolhido para o I Encontro Enogastronómico, com a visita de centenas de pessoas, e que é a confirmação e o reforço do prestígio e promoção de Montalegre;

- Que a Sexta 13 recebe o Prémio 5 Estrelas Regiões 2023 na categoria de Romarias;

- Que a Barragem de Pisões recebe o Prémio 5 Estrelas Regiões 2023 na categoria Paisagem;

E é também isto o resultado do desígnio traçado pelo município. É a história, a nossa cultura, a nossa paisagem, com grande investimento na promoção e no turismo, a servir a economia e o desenvolvimento sustentável.

Mas porque é da economia e dos rendimentos que vivemos, e porque a ajuda ao rendimento é fundamental para a melhoria de vida das famílias e porque contribui para a fixação de pessoas, lembro aqui o que referi na última reunião: 14 milhões de euros de apoio do Governo aos nossos agricultores, o pagamento pela Câmara da sanidade animal, do prémio pelas crias de raça Barrosã, do apoio aos produtores de pequenos ruminantes, do apoio à produção de batata, do pagamento do abate dos porcos no matadouro, do apoio à feira do fumeiro, com tudo o que isso implica na agricultura, no turismo, nos serviços e na economia em geral.

É este o resultado de uma política autárquica dinamizadora da economia, do trabalho da sociedade, de uma Cooperativa Agrícola dinâmica, e do envolvimento dos vários agentes que se dedicam à nossa terra, sendo que aqui se incluem os clubes desportivos pelo que valorizam, não só o setor, pelo elevado número de jovens participantes, pela sua qualidade, pelo seu sucesso, mas pelo que fazem em nome do concelho.

Sr.º presidente, Sr.ª e sr.º deputados,

Tudo isto é vitalidade, é dinamismo social, é liderança da Câmara Municipal e da Presidente Fátima Fernandes, que vai a todo o lado, ao encontro dos nossos emigrantes, como deve ser, saudá-los, reconhecendo o seu sacrifício, a sua ligação à terra natal e o contributo que dão à economia de Barroso, que fala e ouve as pessoas, que dá ânimo e incentivo e que transmite a confiança e a responsabilidade que cabe a todos no sucesso da nossa terra.

Tudo isto é trabalho, é fazer, é resultado e tudo isto é futuro! assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

A Senhora Presidente da Câmara respondeu a todas questões, começando por falar sobre a morte prematura de um jovem na Ponteira, dando as condolências a toda a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

família e ao Centre Desportivo e Cultural de Montalegre, onde tinha uma colaboração de excelência.

Parabenizou a nova deputada da Assembleia da República, Susana Barroso demonstrando-lhe todo o apoio e confiança pois sabe que está bem preparada e que nunca esquecerá as suas raízes. Deseja-lhe o maior sucesso porque o sucesso dela é o de todos os Barrosões.

Agradeceu as palavras de apreço pelas celebrações do 25 de abril. É sempre bom ouvir poesia pela voz dos deputados, evocando a liberdade. Aprecia que se evoque os nomes da literatura, mas julga que se continua a ver apenas a árvore e não a floresta.

Respeita a democracia e respeita os territórios, não cometendo ingerências, pois, para além de ilegal, é uma falta de respeito. Fica feliz que a sua atividade seja negativa por não mandar na Câmara Municipal de Chaves, mas todos estão livres de se candidatar àquela autarquia e, só depois de ganhar, tomar as diligências que considerem. Entre Montalegre e Chaves há uma ótima convivência, mas não se misturam as competências de cada um.

Falar sobre o direito dos trabalhadores, é uma excelente bandeira e é bastante populista. É uma propaganda que compra votos. Mas também é prerrogativa uma prerrogativa do Presidente da Câmara organizar os serviços da forma que melhor convier aos serviços. Evocar os direitos dos funcionários e não evocar os direitos dos munícipes é surreal. Os funcionários têm direito a ajudas de custo quando os serviços são longe, como sempre tiveram.

Sobre as saídas e deslocações da Presidente da Câmara, disse que vai para onde quer sem ter que pedir autorizações e isso é uma das benesses do 25 de abril. Mau era se o Presidente da Câmara não pudesse sair da Câmara porque a proteção civil assim o exigia. O território fica protegido bem como as pessoas porque os parceiros e serviços de proteção civil estão em alerta sempre.

Salientou que se os deputados decidem sair da sala para não votar em determinado assunto, pensa que estão a prestar um mau serviço para o qual foram eleitos, é um desrespeito e por isso os eleitores, no futuro, devem repensar a sua intenção de voto.

Quanto às obras na escola de Salto, disse que irão estar prontas no início do próximo ano letivo. Vai tomar conta das anomalias e problemas que eventualmente tenham que ser corrigidos. A deputada Sandra Gonçalves deve fazer perguntas sobre a creche de Salto em local próprio. Há um tempo atrás havia 25 crianças na creche de Montalegre. Hoje há 42 e os responsáveis já fizeram pedido à Segurança Social para alargamento do número de vagas e regista com agrado o aumento da natalidade.

Disse que não lhe parece verdade que os pais se desloquem à Câmara para pagar as refeições e que nos serviços responsáveis não saibam quanto têm que pagar, no entanto,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

vai averiguar essa situação. Uma funcionária da Câmara emite a guia de pagamento que é paga na tesouraria da Câmara e desloca-se à escola do Baixo Barroso, Salto e Cabril para facilitar a vida aos pais, afirmou que evitando deslocações à sede do concelho.

Sobre o património agrícola mundial, o seu reconhecimento e a celebração do 5º aniversário, disse que começou com a visita da Sra. Ministra da Agricultura que veio celebrar o mundo rural, participando no 1º Encontro Enogastronómico. Este movimento confrádico vai ter sede em Montalegre. Através dele, damos a conhecer a gastronomia e os produtos locais a um conjunto de pessoas nacionais e estrangeiras, com bom poder de compra, os quais ficaram encantados e que voltarão a Montalegre. É assim que se promove o emprego e o desenvolvimento do território.

Relativamente à mineração, disse que a Câmara já emitiu parecer sobre esta matéria. Sobre o 25 de abril e o combate à corrupção, disse que ainda bem que houve o 25 de abril que nos permite ver alguns responsáveis políticos e figuras públicas julgados e condenados. Mas também permite que não haja condenações antes do julgamento. Isso também é fruto da democracia.

Paz, saúde, educação e habitação são conceitos de que o PS gosta muito de falar porque evocam problemas graves que se vivem. Felizmente foi o 25 de abril que trouxe pão para todos, basta ver os apoios que são dados aos que nada têm. Basta ver a discriminação positiva que é feita com pessoas que não têm tanta sorte. Há um conceito que o executivo preza muito que é o Estado Social. A saúde é gratuita para todos e chega a todos, o que não acontecia antes do 25 de abril. O mesmo acontece com a educação. As escolas formam os nossos filhos para que eles tenham formação para seguirem as suas profissões mais esclarecidos. A taxa de analfabetismo baixou imenso e promoveu um grande desenvolvimento. Bem-haja a quem lutou por esses direitos.

Sobre os saneamentos e a igualdade de oportunidades, afirmou que paulatinamente lá se há-de chegar. Trata-se de infraestruturas que não são baratas e o orçamento não chega para tudo. A taxa de recolha por cisterna é mais ou menos o equivalente ao que pagam por ano os restantes municípios que pagam a taxa mensal. Houve esse cuidado e equilíbrio.

Informou que o projeto do multiusos de Salto irá ser apresentado à população e pensa que toda a gente vai gostar daquilo que vai ver. O povo quer obras e elas vão ser feitas. Há obras contempladas no orçamento e outras que ainda virão, tendo sempre em conta que os procedimentos administrativos são morosos e cumpridores da lei.

Fez uma referência especial ao deputado Manuel Carrelo dizendo que gostou de o ouvir pois apresentou uma visão conhecedora e correta da realidade passada e apontou, sobretudo, os tempos de miséria em que se vivia e que, infelizmente, alguns ainda

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

louvam. Como diz o poeta "o caminho faz-se caminhando" e pensa que não depende só do executivo, mas sim de todos, de uma forma solidária e proativa.

Quanto à sua atuação na Câmara, disse que irá continuar a fazer, procurando mais e melhor para o desenvolvimento da terra, preservando, inovando e modernizando, dando-a conhecer para trazer gente e para ser um orgulho morar em Montalegre.

Reiterou a confiança absoluta nos parceiros da proteção civil. Por isso pode-se ausentar quando tiver que o fazer, porque sabe que o território fica bem assegurado e bem entregue.

Informou que no 1º Encontro Enogastronómico estiveram presentes altos dirigentes da DGAV, da DRAPN e do ICNF e que levaram as preocupações de Montalegre. Inclusivamente a Sra. Ministra fez o favor de levar uma carta com reivindicações dos agricultores e com certeza que dará boa nota dessas mesmas preocupações.

É bonito falar em democracia, mas é triste que alguns continuem com o discurso do ódio e da maledicência, objetivamente numa saga pessoal, e não de uma forma e política, como se exige. A estes responsáveis do passado e do presente, lamenta que não se lembrem que quando o PS chegou à Câmara, havia aldeias que não tinham eletricidade, nem água canalizada, os caminhos estavam cheios de bosta e lama, não havia estradas para todo o lado e as pessoas tinham que se deslocar a pé ou a cavalo, não havia escolas para estudar os filhos, salvaguardando-se o Colégio de Montalegre e a Escola das Minas da Borralha. Bem-haja àqueles que tiveram uma visão de futuro e de desenvolvimento para todos.

Sobre a feira da Nanterre e a ida do executivo informou que os vereadores pagaram do seu bolso a viagem e a estadia. Democráticamente, a Câmara pagou o bilhete de avião a todos os Presidentes da Junta fossem eles de que partido fossem e ficou muito honrada com a sua presença. Espera que continuem a ir. Se ir a Nanterre é corrupção, então todos os que a acompanharam também são corruptos.

Fica contente que mais emigrantes, doutras comunidades, queiram a sua presença. É sinal que reconhecem a importância do Presidente da Câmara ter contacto com a comunidade emigrante. Informou que proximamente irá a Londres e a proteção civil fica assegurada.

Não pode admitir que se escreva "o Barroso tem o que merece. A honestidade, a seriedade e a transparência que devem ser pilares da atuação autárquica deram lugar à hipocrisia, à cobardia e à mentira. E há estúpidos de Barrosões que ainda lhe batem palmas. Grandes Barrosões. Para a frente é que é caminho. Viva Barroso." Quanto a isto só lhe ocorre dizer: "Viva aos estúpidos deste território, onde se inclui, e aos quais saúda com "Viva Barroso". O caminho continua, é longo e profícuo.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados José João Carvalho Moura e Sandra Gonçalves.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Sra. presidente, conforme já foi dito, após o 25 de Abril, foi efetuada uma nova constituição, de base socialista e muito bem, e a mesma vem defender além da liberdade de expressão e opinião, uma obrigação de cumprimento da lei, e Sra. presidente violou o decreto lei 169/99, coadjuvado pela lei 75/2013, sobre o quadro das competências assim como o regime jurídico do funcionamento da câmara, pois Sra. presidente, ninguém está acima da lei. Estas leis não falam apenas do Conselho municipal de proteção civil. As competências da presidência de câmara são cerca de 40, e eu apenas dei o exemplo de duas. Sra. presidente, nós não vimos aqui para ter aulas de português, nem eu venho aqui falar de veterinária nem em comportamento animal, mas sim na qualidade de direito da oposição pedir esclarecimentos, exigir respostas e zelar e fiscalizar as contas públicas de modo a dar melhores condições de vida aos munícipes. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

A deputada Sandra Gonçalves disse que lamenta que a Senhora Presidente utilize o sarcasmo para fugir às questões que lhe são colocadas.

Agradeceu o convite para ir a Nanterre, mas as suas possibilidades económicas e profissionais não lhe permitem.

Relativamente ao pagamento das refeições, disse que quem lhe disse foram dois casais de Montalegre que já se deslocaram à Câmara e não puderam pagar.

A Senhora Presidente da Câmara disse que respondeu a todas as questões de forma educada e a única questão que a deputada Sandra Gonçalves lhe colocou trata-se de um processo administrativo. O processo do pagamento das refeições é feito até ao dia 10 do mês seguinte e os serviços emitem uma guia mediante os dados fornecidos pelas escolas. O que poderia ter acontecido é as pessoas terem vindo antes do término do mês.

Informou que também foi convidada para ir à Califórnia, mas vai-se informar se há lá algum festival ou concurso de misses para que se possa justificar a viagem.

Inscreeveu-se para terceira intervenção o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Acerca dos Emigrantes, que tanto parabenizam, vocês partido socialista, esquecem-se do principal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

e porventura o mais importante emigrante de todos os tempos, que está aqui mesmo em frente, de costas para a câmara e pelos vistos a câmara está de costas para ele, pela negligência à sua figura e representatividade.

Se a Sra. presidente foi convidada pela comunidade portuguesa de São Diego a visitar a Califórnia, eu relembro que no passado tivemos fortes laços criados e com a visita de 60 pessoas dessa comunidade, com propostas e acordos de investimento e de geminação que o PS deixou ir por água abaixo e assim sendo, desafio-a a visitar essa comunidade portuguesa com bastante representação do nosso concelho. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

2 – Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata nº 1 da sessão ordinária do dia 24 de fevereiro do ano 2023;

A ata da 1.ª sessão ordinária, realizada no passado dia 24 de fevereiro, foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que o relatório de atividades não chegou até si. Não está na plataforma da Assembleia Municipal nem foi enviado, como era normal, por e-mail.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu desculpas pela falha dos serviços administrativos e pede que haja mais cuidado e rigor na distribuição da documentação a tempo e horas. Pede também aos deputados que, quando isso acontecer, enviem um e-mail a informar e alertar disso mesmo.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.3. Prestação de Contas e Relatório – Ano 2022 - Proposta;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Carvalho Moura, Acácio Gonçalves, Sandra Gonçalves e Hernâni Carvalho.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "O Relatório e Contas retrata, do ponto de vista contabilístico, a atividade do Município ao longo do último ano. Tem uma forma e uma linguagem muito própria, Técnica. Não entrarei nessa discussão técnica sobre a exatidão legal com que este documento retrata do ponto de vista contabilístico o que a Câmara fez no último ano, nem o seu estado, até porque assim o atesta o relatório da minuta da certificação legal das contas. Poderia então entrar numa discussão de detalhe de números em específico. E este relatório é abundante em dados interessantes, particularmente sobre a evolução da situação financeira do Município.

Antes de mais devo referir a não execução das previsões. Constatamos que o investimento diminuiu, em relação ao exercício anterior, o que revela uma incapacidade de execução preocupante, uma vez que em 2022 as receitas efetivas totalizam 23.967.159,10€ e as despesas ascendem a apenas 19.249.330,56€ (com um saldo da gerência de 4.717.828,54€).

E quando analisamos o plano de atividades municipal e o Plano de investimentos, constatamos que o executivo optou por cortar ao nível do PAM mais de 1 milhão de euros e a nível de PPI quase 4 milhões de euros, particularmente nas funções sociais, tendo apenas uma taxa de execução de 47,27% do Plano Plurianual de Investimentos, o que fica muito aquém das necessidades profundas do nosso concelho, principalmente na maioria das freguesias.

Esta falta de capacidade de execução do Município está bem patente nos seguintes exemplos:

1. O canil municipal continua com a sua execução a zero (ainda nem sequer tem projeto);
2. As obras na "Escola EB1/JI de Cabril" e no Centro Escolar de Montalegre, que tinham 730.000€ orçamentados e financiamento comunitário assegurado, também tiveram execução zero;
3. O saneamento de São Ane e as redes de abastecimento de água ao Barracão, a Rebordelo e a Amial também tiveram execução zero;

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

4. O Centro ValorBarroso, projeto para investigação académica na área dos sistemas agroindustriais do Património Agrícola Mundial, taxa de execução zero.
5. Os caminhos agrícolas de Parafita, Venda Nova, Lamas, Vilaça e Carvalhais também tiveram execução zero.
6. O pavilhão Polivalente e a Creche de Salto continuam com taxa de execução zero.
7. O Centro SIPAM do Barroso tinha uma dotação de 701.771€, mas apenas foram executadas obras no valor de 158.690,48€ (ou seja, apenas 22,61%).
9. O saneamento de São Lourenço tinha uma dotação de 60.000€, mas apenas foram executados 26.043,41€ (ou seja, apenas 43,41%).
10. A Piscina Municipal tinha uma dotação de 820.496€, mas apenas foram executadas obras no valor de 424.791,21€ (ou seja, apenas 51,77%).

Sra. Presidente, não pense que gerir bem a causa pública é ter os cofres cheios. Gerir bem a causa pública é saber aplicar as verbas ao dispor das necessidades prioritárias da população e ter uma visão de investimento para um futuro coletivo, e esta realidade não tem acontecido. Esta incapacidade de execução prejudica a qualidade de vida dos residentes, como por exemplo, as crianças de Salto e baixo Barroso inscritas no futsal vão continuar a treinar ao ar livre no próximo Inverno e os munícipes em geral continuam sem acesso à piscina municipal.

Por outro lado, há despesas no documento de prestação de contas que não consideramos prioritárias, como é o caso: dos 54.283,91€ gastos no caminho da Assureira, que continua a ser um sorvedouro para o município; e os 533.432,97€ gastos em desporto automóvel e na pista de Rallycross; bem como os 40.000€ que se pagaram à Rádio Montalegre para fazer recolha de património imaterial de Barroso. Além disso, não subscrevemos rubricas com despesa excessiva, nas quais gastaríamos menos dinheiro, como é o caso: dos 29.950,80€ gastos na Feira de Nanterre e dos 163.096,82€ pagos à empresa Águas do Norte, que nos fornece o que é nosso por natureza, a água da barragem do Alto Rabagão.

Termino, referindo que continua a haver uma opinião com reservas dos Revisores oficiais de contas, que na sua auditoria de certificação legal de contas, continuam a referir que falta uma avaliação e validação dos ativos fixos, cuja última inventariação foi em 2003, e continuam a levantar reserva em relação à adequação do valor em provisão para fazer face ao litígio com as águas do Norte, que reclamam mais de 2 milhões 574 mil e 424 euros, relativo aos consumos mínimos de água e correspondentes juros, com processos pendentes em curso.

Sendo assim e após a apreciação crítica sobre o exposto, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, votam contra na apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Exercício Económico de 2022, porque temos a certeza, que faríamos diferente

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

e melhor, tanto em termos de capacidade de execução como na qualidade da despesa. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal do CDS/PP nesta Assembleia Municipal vem respeitosamente reclamar nos termos da alínea a) do artigo 64º do Regimento desta Assembleia pelos seguintes motivos:

1º A ordem do dia referente à Assembleia Municipal de 28/04/2023 foi entregue fora de prazo estabelecido pelo nº:3 do artigo 21º do Regimento e com falta de documentação referente à Prestação de contas e relatório, obrigando-me ontem pelas dezasseis horas a recorrer aos serviços de apoio à Câmara para tentar colmatar a situação, sendo impossível à funcionária, com o argumento de que seria muito dispendioso para o município por se tratar de muitas fotocópias.

2º Tentando entrar na plataforma recorri aos serviços de informática para ajustar a minha password que não me deixava entrar, sendo impossível verificar a prestação de contas e relatório e assim poder apreciar contabilisticamente as contas e ler o relatório anexo.

3º Sendo assim, neste ponto da agenda de trabalhos, os membros do Grupo Municipal sairão do salão nobre onde se realiza esta Assembleia Municipal como protesto à mesa da assembleia que não quer prestar informação documental em papel a que todos os deputados têm direito. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Em junho de 2022 trouxe a esta assembleia o problema do saneamento de São Lourenço. Saneamento esse, feito em 2013 pelo atual executivo (se assim se pode dizer), este nunca funcionou corretamente dado que derramava as águas residuais para um caminho público intransitável devido à situação. Iniciaram-se obras que, entretanto, voltaram a ser interrompidas e a situação continua calamitosa, com consequências graves para a saúde pública que se irá agravar com a vinda do calor. Gostaria de questionar o executivo o porquê de as obras terem sido interrompidas e que soluções tem para este problema que se arrasta há mais de 3 anos? Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado Hernâni Carvalho disse que o deputado Acácio Gonçalves não deve ler o livro só na parte que lhe interessa, naquele ou em outro capítulo, naquela ou em outra folha. Pensa que toda a gente sabe que o mundo atravessou uma pandemia e infelizmente atravessa uma guerra. Desta forma, tem que se ter consciência que muitas

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

das obras estão atrasadas porque há atrasos na entrega de materiais, no país todo, o que penaliza muita gente.

Disse que fica admirado com a confusão que mete um Partido Socialista que faz anos, que tem contas certas, que tem melhores resultados económicos do que era previsto, um PS que no Governo consegue ter sustento orçamental. Fica perplexo com a oposição quando ora diz que o PS gasta muito, ora porque o PS gasta pouco, ora porque poupa, ora porque não poupa. Felizmente há um PS que sabe o que quer. Um PS adulto. A Câmara passa por um momento de reorganização e todos devem perceber o momento. Temos que confiar no novo executivo e logicamente que há muita coisa para fazer. No próximo ano, aquando da discussão do mesmo documento haverá uma melhor execução.

A Senhora Presidente da Câmara assumiu a fraca execução, não escamoteia os factos e esta deve-se essencialmente a duas grandes obras: a piscina municipal e o SIPAM. Estas duas obras, tal como todas as outras, tem um projeto inicial, tem um concurso, tem uma adjudicação que leva o seu tempo e tem o início da própria obra e às vezes aparecem problemas durante a obra que exigem reformulações técnicas. E isso aconteceu nestas duas obras. A piscina era para estar pronta agora e não conseguiram terminar pois, na parte do AVAC, foi preciso fazer uma intervenção de modo a tornar o edifício mais sustentável e tendo em conta a poupança e o ambiente. É evidente que reformular o projeto, demora tempo. Também os fornecedores não têm capacidade para responder de forma célere, como era exigido. No próximo ano cá estará para prestar as devidas contas.

Disse que o canil municipal ainda não foi executado porque apesar da insistência da Câmara, ainda não há parecer do ICNF. Enquanto não houver esse parecer não se pode começar a obra. E não é por falta de pressão e insistência.

Quanto às obras da Escola de Cabril, reafirmou que o primeiro concurso público ficou deserto. Atendendo ao facto do encerramento deste quadro comunitário estar a terminar, não era possível, em tempo útil, lançar novo concurso e executar as obras, pelo que foi decidido não se avançar, propondo que esta obra passe para o novo quadro comunitário. O mesmo aconteceu com a obra do Centro Escolar e retirou a obra do pacto. Se não as tivesse retirado, e se as obras não estivessem terminadas no tempo devido, o financiamento caía e o valor tinha que ser pago integralmente pela Câmara. O executivo é cauteloso com o dinheiro que é de todos.

Sobre a água do Barracão, houve um entendimento diverso daquele que era o da Câmara. Assim, o Barracão irá ser abastecido por outra rede. A água é um bem de todos. É uma obrigação solidária para que todos tenham acesso a ela. Ainda bem que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Montalegre não está a ser abastecido pelo Rio Cávado, se não a vila já não teria água nas torneiras.

Com o multiusos de Salto, foi efetuada uma revisão do projeto com o arruamento que vai servir a creche, o lar e o multiusos com os estacionamento devidos.

Sobre o saneamento de S. Lourenço, informou que se começou a obra, mas ela apresenta problemas técnicos que acontecem muitas vezes nas obras. Só a quem não faz nada é que não acontece.

Sobre o caminho da Assureira que diz respeito ao território de Montalegre, está feito e só falta pavimentar. Não se vai pavimentar agora sem que Chaves avance com a parte deles. Havia um compromisso assumido e escrito para fazer a parte do outro concelho, mas se não é cumprido, a Câmara de Montalegre não pode cometer ingerências. Gerir a causa pública é ter visão e é isso que se tem feito.

Lamenta que a Câmara não possa atribuir um subsídio à Rádio Montalegre pelo serviço público de excelência que faz em todo o território porque é a única companhia de muita gente, é um veículo de comunicação, informação e de educação. Lamenta que alguns que digam que é um veículo político-partidário, sendo que não se lembram que está à disposição de todos. Se não o usam é porque não lhe reconhecem valor. O PS reconhece-lhe todo o valor e pensa que todos os meios de comunicação social locais deviam ter o subsídio devido, como é o caso da televisão pública. Irá lutar sempre por esta causa.

Tranquilizou todos os presentes que sabe muito bem gerir os dinheiros públicos, fiquem sossegados. Alerta apenas os eleitores do CDS/PP que elegem representantes que não os representam na Assembleia Municipal porque se ausentam na hora da votação das contas de gerência. Os eleitores do CDS/PP mereciam mais respeito e lembrou que o que está a ser votado é a conta de gerência do ano de 2022. Os documentos são públicos e qualquer munícipe pode consultá-los e pedir informações aos Chefes de Divisão, marcando reunião atempadamente. Dizer-se que se sonega e esconde informação não é bonito.

Deliberação: aprovado por maioria com sete votos contra dos deputados José João Carvalho Moura, Sandra Gonçalves, Ana Francisca Martins, António Cascais, Domingos Vasconcelos, José Pereira de Carvalho e Nuno Gonçalves Pereira e com uma abstenção do deputado Manuel Carrelo.

2.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos nos anos económico de 2023. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – Para conhecimento;

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que no mapa que tem as obras com implicações no PPI, aparece a empresa Eletrocava para prestações de serviços de eletricidade com a data de início da obra a 13 de abril de 2023. Pensa que se trata de uma gralha e convém ser retificada pois trata-se de um documento oficial.

A Senhora Presidente da Câmara agradeceu o reparo, pediu desculpas e informou que a alteração irá ser feita.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.5. Aprovação das alterações da Estrutura Orgânica e do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: aprovado por maioria com dez abstenções dos deputados José João Carvalho Moura, Sandra Gonçalves, Ana Francisca Martins, António Cascais, Domingos Vasconcelos, José Pereira de Carvalho, Nuno Gonçalves Pereira, Alívio de Freitas, Acácio Gonçalves e José Acácio Gonçalves.

2.6. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano inscrito na matriz sob o artigo 791, da União de freguesias da Venda Nova e Pndras, correspondente ao Parque de Lazer da Venda Nova - Proposta;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: aprovado por maioria com um voto contra do deputado Acácio Gonçalves.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE****2.7. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano inscrito na matriz sob o artigo 1718, sito no lugar de Penedones – freguesia da Chã, correspondente ao Parque de Campismo de Penedones – Proposta;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que em Penedones a obra foi feita com fundos comunitários. Mais tarde foi lá construído um imóvel, sob a passividade da Câmara, e o Sr. Carlos Antunes beneficiava de relações de companheirismo com o executivo camarário e nada se fez. Mais tarde, aquilo foi transformado em propriedade privada, foi vendida e agora funciona lá um restaurante.

Perguntou se o parque de merendas que é referido no documento apresentado, engloba aquele espaço ou não? Inicialmente aquele espaço era baldio e os baldios não são apropriáveis a qualquer título. A Câmara vem agora legalizar uma coisa da qual é legítimo possuidor, com exclusão de outrem que é o caso dos compartes que não devem deixar andar os bens em mãos alheias.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que a proposta e os seus termos era o que esteve para apreciação e que a Câmara não tem hábito de se apropriar daquilo que não é seu.

Deliberação: aprovado por maioria com uma abstenção do deputado Acácio Gonçalves.

2.8. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano 1719, sito no lugar de Penedones – freguesia da Chã, correspondente ao Parque de Merendas de Penedones – Proposta;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: aprovado por maioria com um voto contra do deputado Acácio Gonçalves.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE****2.9. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano 1830, sito na União de freguesias de Montalegre e Padroso, correspondente à zona verde da margem do rio Cávado entre a rotunda dos Bois e a Ponte de Pedra – Proposta;**

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

2.10. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano 1831, da União de freguesias de Montalegre e Padroso, correspondente ao Parque de Lazer da margem do rio Cávado em Fonte del Rei – Proposta;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

2.11. Aquisição por Usucapião de Prédio Urbano 1832, da União de freguesias de Montalegre e Padroso, correspondente à zona verde onde foi instalado o Viveiro e Estufa de plantas, junto ao Centro de Saúde – Proposta;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

2.12. Relatório de Avaliação Anual do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição – para conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Assembleia tomou conhecimento.

2.13. Designação de Cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre.

Inscreeveu-se para intervir o deputado José João Carvalho de Moura.

O deputado José João Moura disse que os Vereadores do PSD o alertaram que em reunião de Câmara foi proposto outro nome que não este.

A Senhora Vice-Presidente da Câmara esclareceu a assembleia dizendo que o nome proposto em reunião de Câmara teve a ver com a função do técnico, um representante do município na Comissão Restrita para gerir processos. A representação que aqui é trazida é de eleger um cidadão eleitor. Está-se a falar de duas coisas distintas, a Comissão Alargada e Comissão Restrita. A Comissão restrita tem técnicos para fazer a gestão de processos e a Comissão Alargada vários representantes designadamente a Segurança Social, a Câmara, a Saúde, a Educação.

Posta à votação por escrutínio secreto a lista com o nome da cidadã Liliana da Costa Rocha foi esta cidadã eleita para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre com trinta e três votos a favor e seis votos brancos.

3. – Intervenção do Público.

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, terminada a discussão da ordem do dia, deu a palavra ao público, não tendo havido inscrições.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**
Fernando José Gomes Rodrigues**O 1º Secretário**
Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas**O 2º Secretário**
Maria de Fátima da Silva Crespo